GABRIELA KAZUE FERREIRA EBERHARDT FRANCISCO

O juiz e a contratualização dos litígios

Tese de doutorado

Orientador: Prof. Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo

São Paulo

2018

GABRIELA KAZUE FERREIRA EBERHARDT FRANCISCO

O juiz e a contratualização dos litígios

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutora em direito, na área de concentração direito processual civil, sob a orientação do Prof. Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo

São Paulo

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca de Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

F818j	<p>Francisco, Gabriela Kazue Ferreira Eberhardt
O juiz e a contratualização dos litígios / Gabriela Kazue Ferreira Eberhardt Francisco; orientador Oreste Nestor de Souza Laspro. --
Ribeirão Preto, 2018.
171 p.</p> <p>Tese (Doutorado - Departamento de Direito Privado e Processo Civil) -- Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2018.</p> <p>1. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS. 2. DEVER DE COOPERAÇÃO. 3. CONVENÇÕES PROCESSUAIS. 4. ATUAÇÃO DO JUIZ. I. Laspro, Oreste Nestor de Souza, orient. II. Título</p> |
|-------|---|

AGRADECIMENTOS

Ao professor Oreste Laspro, que nos últimos oito anos e meio emanou confiança e tranquilidade, criando o ambiente ideal para que essa tese pudesse vir a existir (assim como tantos outros trabalhos acadêmicos de seus orientados). Obrigada pela orientação e pelos deliciosos jantares de fim de ano.

Ao professor Marcelo Bonizzi, obrigada pelas valiosas e gentis considerações em exame de qualificação.

Ao professor Carlos Alberto de Salles, obrigada pelo aprendizado, torcida e convivência diários. Obrigada também pelos trabalhos acadêmicos que generosamente compartilhou comigo durante esses últimos anos.

Às minhas colegas de orientação, aos amigos que a pós-graduação e a graduação me deram (que me recuso a nomear porque escrevo esses agradecimentos em privação de sono e não quero correr o risco de esquecer ninguém), obrigada pelo apoio e compreensão.

À minha mãe, obrigada por ser a segunda casa da Sara e nunca ter dito (nenhuma vez, nem de brincadeira), que eu estava tentando fazer coisas demais. Eu estava, mas agradeço por não ter dito.

Ao meu pai, irmão, à minha avó, aos meus tios e primos, que cuidaram da Sara (e, consequentemente, de mim) enquanto eu escrevia. Obrigada pela comida caseira e por fazerem-na rir no quarto ao lado – perto o suficiente para eu ter tranquilidade e longe o bastante para eu manter alguma sanidade.

Ao João, obrigada por ter descoberto comigo um jeito de sobreviver aos nossos dois mestrados, dois doutorados, algumas perdas e (em breve) dois filhos. Eu sou grata por nós todos os dias.

Para João, Sara e Lucas
(como ademais tudo que eu faço).

RESUMO

O presente trabalho visa a responder de que forma o dever de cooperação positivado no Código de Processo Civil atual conforma a atuação judicial nos processos regidos por convenção processual. Para tanto, parte-se da premissa de que a cooperação é fenômeno existente fora do processo (e inclusive fora do direito), e também na arbitragem. Na segunda parte do trabalho, busca-se sistematizar e explicar as condutas que se espera do julgador diante de processos regidos por convenção processual ou que possam sê-lo, representadas nas funções de fomento, controle e aplicação dos negócios jurídicos processuais.

PALAVRAS-CHAVE: Convenções processuais – negócios jurídicos processuais – dever de cooperação – atuação do juiz

Francisco, Gabriela Kazue Ferreira Eberhardt. O juiz e a contratualização dos litígios. 2018. 170p. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

The present study aims to answer how the cooperation duty imposed by the current Code of Civil Procedure conforms the judicial acting in the lawsuits governed by procedural agreements. In order to do so, it starts with the premise that cooperation is a phenomenon that can be observed outside civil procedure (and even outside the law), and also in arbitration. In the second part of the paper, it seeks to systematize and explain the conducts that are expected from the judge in relation to actions governed by or which may be governed by procedural agreements, represented in the functions of incentive, control and application of contractualized procedures.

KEYWORDS: procedural agreements – contractualized procedures – cooperation duty – judicial acting.

Francisco, Gabriela Kazue Ferreira Eberhardt. The judge and the contractualized procedures. 2018. 170p. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

RÉSUMÉ

Le présent document vise à répondre de quel manière le devoir de coopération positif dans le Code de Procédure Civile brésilien actuel conforme l'action judiciaire dans les actions régis par des accords procéduraux. Pour ce faire, on part de la prémisse que la coopération est un phénomène extérieur au droit procédural (et même hors-la-loi), ainsi que dans l'arbitrage. Dans la deuxième partie du document, on cherche à systématiser et expliquer la conduite attendue du juge par rapport aux actions régis par ou pouvant être régis par des conventions procéduelles, représentés dans les fonctions de fomentation, de contrôle et d'application des accords procéduraux.

MOTS-CLES: accords procéduraux – contractualisation des litiges – devoir de coopération – rôle du juge

Francisco, Gabriela Kazue Ferreira Eberhardt. Le juge et la contractualisation des litiges. 2018. 170p. Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

SUMÁRIO

Introdução	11
A tese proposta	13
Ainda em caráter introdutório: do diálogo constante com a arbitragem	15
Primeira Parte.....	19
Capítulo 1. Sobre autonomia da vontade e cooperação.....	19
1.1. O papel da autonomia da vontade no processo civil.....	19
1.2. Cooperação existe fora do processo	23
1.2.1. Segue: as vantagens específicas que decorrem da celebração de convenções processuais (e as críticas que as acompanham)	31
1.3. Cooperação existe também no processo: o exemplo da arbitragem	36
1.4. A cooperação positivada na forma de dever processual	41
1.4.1. Breve observação sobre a natureza do art. 6º do Código de Processo Civil.....	41
1.5. Conteúdo do dever de cooperação no Código de Processo Civil	44
1.5.1. Conteúdo e desdobramentos do dever de cooperação para o juiz.....	47
1.5.2. Conteúdo do dever de cooperação para as partes	50
1.5.3. Segue: consequências da observância do dever de cooperação pelos sujeitos processuais.....	51
1.5.4. Segue: outras manifestações do dever de cooperação no Código de Processo Civil	52
1.6. Relação entre autonomia da vontade, dever de cooperação e convenções processuais	54
Capítulo 2. Das convenções processuais.....	59
2.1. Considerações iniciais	59
2.2. Convenções processuais típicas	62
2.3. Cláusula geral de negociação processual.....	64
2.3.1. Requisito subjetivo para qualquer negociação processual atípica: “partes plenamente capazes”	65
2.3.2. Objeto das convenções processuais atípicas	67
2.3.2.1. Convenções processuais sobre o procedimento.....	68
2.3.2.2. Convenções processuais sobre posições jurídicas das partes	71
2.3.3. Segue: outras possibilidades genéricas.....	81
2.3.3.1. Ainda: convenções processuais para limitação de danos	83
2.3.4. Limitações aplicáveis a todas as convenções processuais	89
2.4. Consequências da inobservância das convenções processuais	98

Segunda parte.....	100
Capítulo 3. Atuação judicial nos processos regidos por convenção	100
3.1. Primeira função do juiz: fomento	105
3.1.1. Segue: convenções processuais como mecanismo adequado de flexibilização do procedimento nos processos que as admitem	109
3.1.2. Segue: incentivo à composição material e processual	112
3.1.3. A crítica do assoberbamento	117
3.2. Segunda função do Juiz: controle da convenção processual	121
3.2.1. O que é inserção abusiva em contrato de adesão?	122
3.2.2. Como se afere “manifesta vulnerabilidade?”	126
3.2.3. Sobre nulidades (intersecção com o direito material)	129
3.2.3.1. Segue: convenções processuais: regime híbrido de nulidades	131
3.2.3.2. Segue: transposição das invalidades de direito material para o controle judicial de convenções processuais	135
3.2.4. Intersecção com a lei de arbitragem: causas de nulidade da sentença arbitral de interesse para as convenções processuais	136
3.2.4.1. a nulidade da sentença arbitral que decorre de nulidade do compromisso ou inobservância dos limites da convenção de arbitragem	136
3.2.4.2. Segue: impossibilidade de convenções impositivas	138
3.3. Terceira função do juiz: aplicação da convenção processual	141
3.3.1. Segue: cumprir e dar cumprimento à convenção processual	144
3.3.2. Segue: juiz não é parte das convenções processuais	146
Conclusão.....	150
Bibliografia	152

INTRODUÇÃO

Embora o Código de Processo Civil atual esteja em vigência há relativamente pouco tempo (menos de três anos na data do depósito da presente tese), quiçá em razão do sabor da novidade, há, literalmente, dezenas de trabalhos escritos a respeito do tema das convenções processuais, entre artigos, dissertações, teses e livros¹.

Conquanto parte da doutrina já admitisse a existência de certos negócios jurídicos processuais sob a égide do Código de Processo Civil revogado, as possibilidades de ampla celebração de convenções processuais (conferida pelo artigo 190 do Código de Processo Civil) e o aumento das hipóteses dos negócios processuais típicos no diploma processual vigente têm sido bastante comentadas, ensejando a mencionada multiplicação de material acadêmico.

Nesse contexto, alguns temas, como, por exemplo, a possibilidade teórica de existirem convenções processuais – tanto por estarem no meio do caminho entre o publicismo comumente associado ao processo civil e o privatismo que se relaciona aos negócios jurídicos entre particulares, quanto em razão do dogma da irrelevância da vontade no processo civil –, não precisam (nem devem) ser revisitados neste trabalho, para que a discussão possa prosseguir.

Da mesma forma, não se tratará da possibilidade e adequação de enquadramento das convenções processuais na teoria ponteana de ato-fato-negócio jurídico, que já foi eficazmente desenvolvida².

¹ Vide referências ao longo do presente trabalho.

² Vide, a respeito, PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA, *Sobre os acordos de procedimento no Processo Civil Brasileiro*, in ANTONIO DO PASSO CABRAL, PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015, p. 84; LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA, referindo Marcos Bernardes de Mello, *Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro*, in ANTONIO DO PASSO CABRAL, PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015, p. 32; MARÍLIA SIQUEIRA DA COSTA, *Convenções processuais sobre intervenção de terceiros*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de mestra sob a orientação do Prof. Associado Associado Heitor Vitor Mendonça Sica, São Paulo, 2017, p. 34. Há versão comercial deste último trabalho, intitulada *Convenções processuais sobre intervenção de terceiros*, Salvador, Juspodium, 2018, que não foi consultada por ter sido lançada poucas semanas antes do depósito desta tese, de modo que todas as referências são à versão acadêmica depositada na biblioteca da Faculdade.

Esses dois “grandes assuntos” (presentes em praticamente todas as obras a respeito do tema) serão, assim, tomados como premissas, e referidos ao longo do texto com as explicações pertinentes, mas sem aprofundamento maior.

O presente trabalho, assim, se divide em duas partes: primeiramente, pretende-se enquadrar a possibilidade de celebração de convenções processuais como a manifestação processual do fenômeno da cooperação, que se observa fora do processo e, a rigor, até mesmo fora do direito.

Para isso, discorre-se sobre as noções de cooperação, e de contrato de cooperação (tomada de empréstimo do direito empresarial e financeiro), passando-se pelas razões pelas quais empresas em ambiente de mercado optariam por celebrá-lo.

Na sequência, explica-se que, na arbitragem, se verificam os efeitos do dever de cooperação de maneira mais evidente, partindo-se então para exposição dos contornos, conteúdo e manifestações desse dever inseridos no Código de Processo Civil.

O segundo capítulo dessa primeira parte trata das convenções processuais, suas possibilidades e limites à luz das disposições do Código de Processo Civil, de modo a permitir a posterior análise das posturas do julgador nos processos por elas regidos.

Na segunda parte do trabalho, foca-se na atuação do juiz. Mais especificamente, a atenção se volta para as posturas que se entende deva o magistrado adotar em processos regidos por convenção processual (ou que tenham potencial para celebração de convenção processual), um tanto diversas dos casos em que essa possibilidade seja inexistente.

Como se explicará, os comportamentos que se espera do julgador no processo regido por convenção processual decorrem do dever de cooperação que lhe é imposto pelo Código de Processo Civil, e se estruturam em três vertentes: fomento aos negócios jurídicos processuais (como decorrência do dever de tentar conciliar as partes), controle do conteúdo das convenções processuais firmadas, quer em caráter antecedente ou incidental, e aplicação do negócio jurídico processual.

Cada uma dessas posturas será, a seu tempo, explicada e justificada, de modo a permitir compreender-se sua função no processo e o alcance respectivo.

Ainda, a análise desses comportamentos esperados conduz, como se demonstrará, à conclusão de que o juiz não é parte nas convenções processuais, qualquer que seja o tipo respectivo ou o cenário em que sejam celebradas.

Por fim, apresenta-se conclusão com análise crítica da possibilidade de demonstração da tese.

A TESE PROPOSTA

O presente trabalho pretende desenvolver uma tese central que pode ser traduzida na seguinte pergunta de trabalho: de que maneira o dever de cooperação previsto no Código de Processo Civil condiciona a atuação do magistrado nos processos regidos por convenção processual?

A hipótese a ser testada é a seguinte: nos processos que admitam convenção processual (ou, de maneira até mais intensa, naqueles em que as partes tenham celebrado convenção processual), a atuação do magistrado deve ser distinta dos processos em que não se cogite de negócios processuais.

Para testar a hipótese e responder à pergunta, em primeiro lugar, explora-se a ideia de que a cooperação enquanto dado da realidade existe fora do ambiente processual (e até mesmo fora do direito), de modo que as convenções processuais são, em princípio, mera extensão desse fenômeno para dentro do processo civil, como materialização do dever de cooperação positivado pelo Código de Processo Civil.

Para isso, fixa-se como premissa que a cooperação entre dois ou mais sujeitos pode ser observada nos mais variados ambientes, em situações regidas ou não pelo direito, dependendo de poucos (e simples) fatores que – ao contrário de críticas bastante

sonoras³ – podem muito bem se verificar no processo civil, ainda que haja divergência ou animosidade entre as partes.

A partir disso, desenvolve-se a ideia de que o juiz não se exime de cooperar com as partes, propondo-se sistematização das condutas que se espera do julgador diante da possibilidade de as partes virem a celebrar convenções processuais, ou mesmo em face de negócios processuais já realizados, sintetizadas nas atividades de fomento, controle e sujeição.

Em relação a esse aspecto, conquanto se tenha verificado debate na doutrina acerca de o juiz ser ou não parte na convenção processual, não se identificou tratamento sistematizado de como se espera que ele efetivamente atue diante da potencialidade prática da celebração de negócios processuais, nem mesmo estudo a respeito de por quais razões eventualmente o julgador se veria inclinado a fazê-lo.

Estruturalmente, o presente trabalho será dividido em duas partes e a primeira, por sua vez, subdivididas em capítulos.

A primeira será dedicada à relação entre autonomia da vontade, convenções processuais e cooperação, partindo-se do dogma da irrelevância da vontade no processo civil e respectiva superação.

Estabelece-se então paralelo com a arbitragem para demonstrar que a cooperação, a bem da verdade, já existia no processo (ou, de maneira mais ampla, nos métodos de solução adjudicada de conflitos), e se apresentam os contornos do dever de cooperação no processo civil, cuja materialização pode se dar na forma de convenção processual.

³ Veja-se, por exemplo: “Então agora as partes deverão cooperar entre si? Parte e contraparte de mãos dadas a fim de alcançarem a pacificação social... Sem ironias, mas parece que Hobbes foi expungido da “natureza humana”. Freud também. O novo CPC aposta em Rousseau. No homem bom. Ou seja, com um canetaço, num passe de mágica, desaparece o hiato que as separa justamente em razão do litígio. Nem é preciso dizer que o legislador pecou ao tentar desnudar a cooperação aventurando-se em setor cuja atuação merece ficar a cargo exclusivo da doutrina. E o fez mal porque referido texto legislativo está desacoplado da realidade, espelha visão idealista e irrefletida daquilo que se dá na arena processual, onde as partes ali se encontram sobretudo para lograr êxito em suas pretensões. Isso é, digamos assim, natural, pois não? Disputar coisas é uma coisa normal. Não fosse assim não haveria “direito”. Direito é interdição. É opção entre civilização e barbárie. Desculpem-nos nossa franqueza.” LENIO LUIZ STRECK *et alli*, *A cooperação processual do novo CPC é incompatível com a Constituição*, Consultor Jurídico, disponível em <https://www.conjur.com.br/2014-dez-23/cooperacao-processual-cpc-incompativel-constituicao>, acesso em 2.4.2018.

Passa-se à cooperação como fenômeno identificável em outras áreas do direito (e até mesmo fora dele, como já se mencionou) e à noção de convenções processuais como a extensão desse dado da realidade para dentro do processo civil. Necessário, assim, tecer considerações sobre o fenômeno da cooperação, sobre a ideia de contratos de cooperação que vem ganhando força em direito empresarial e, finalmente, sobre as convenções processuais da forma como lei e doutrina as concebem no nosso sistema.

Ainda, dedica-se um capítulo ao estudo das convenções processuais propriamente, suas hipóteses de cabimento, objeto, possibilidade e limites, cuja compreensão é necessária para fazer correlação com a segunda parte do trabalho.

Nessa segunda parte, como já se adiantou, foca-se na atuação do juiz (ou seja, explica-se de que maneira se espera que ele deva atuar nos processos regidos por convenção), visando à sistematização das condutas que se pretende sejam adotadas – fomento, controle, aplicação –, para então, concluir.

AINDA EM CARÁTER INTRODUTÓRIO: DO DIÁLOGO CONSTANTE COM A ARBITRAGEM

A premissa de que processo regido por convenção processual e arbitragem, embora sejam geneticamente distintos, possuem semelhanças que os aproximam substancialmente⁴, previamente enunciada, será oportunamente fixada no corpo do trabalho.

⁴ “(...) without considering the implications of contract procedure it is difficult to gauge the ramifications of other forms of private involvement in dispute resolution, including arbitration and post-dispute procedural stipulations.” E também: “(...) contract procedure functions as a form of privatization – the outsourcing of government functions – and that it implicates the structure and design of public institutions.” KEVIN E. DAVIS, HELEN HERSHKOFF, *Contracting for procedure*, William & Mary Law Review, 53:2011, pp. 511 e 512.

Entretanto, possível desde logo adiantar que a comparação entre esses dois métodos de resolução de controvérsia será realizada ao longo de todo o presente estudo.

Com efeito, a arbitragem fincou raízes no Brasil⁵, tendo-se firmado⁶ como o método por excelência de resolução de determinados conflitos, especialmente entre litigantes com alto poder aquisitivo, ou que envolvam assuntos sensíveis em relação aos quais se entende a publicidade inerente ao processo judicial como prejudicial, ou ainda em casos altamente especializados.

Por isso, a experiência construída nesse campo nos pouco mais de 20 anos da lei de arbitragem atual (Lei nº 9.307/1996) configura precioso repositório de ideias para se pensar os negócios jurídicos processuais, inovação recém-trazida pelo Código de Processo Civil atual.

Sem a pretensão de avançar demais sobre o conteúdo propriamente da tese, necessário ressaltar que não se pretende, com isso, ignorar as diferenças entre esses dois métodos de resolução de conflitos.

Sabe-se, por exemplo que, em situações normais, é de se esperar que o painel arbitral possa dedicar muito mais tempo e atenção a um determinado caso⁷ do que o juiz estatal jamais poderia, em razão do volume de trabalho a que está sujeito⁸, o que por

⁵ Veja-se, a respeito, CARLOS ALBERTO CARMONA, *Arbitragem e processo*, 3ª edição revista, atualizada e ampliada, São Paulo, Atlas, 2009, pp. 2-3.

⁶ “A falta de tradição decorrente dos entraves legais outrora existentes – tais como a ineficácia jurídica da cláusula arbitral, que sempre dependia do compromisso para surtir efeitos, a necessidade da homologação judicial do laudo arbitral e a necessidade da dupla homologação perante o Supremo Tribunal Federal para a execução das sentenças arbitrais estrangeiras cede espaço paulatinamente a uma nova realidade marcada pela crescente e já cotidiana prática da arbitragem, potencializada pela declaração incidental da constitucionalidade dos dispositivos da Lei 9.307/96 em dezembro de 2001 e pela ratificação da Convenção de Nova Iorque em julho de 2002.” RAFAEL FRANCISCO ALVES, *A imparcialidade do árbitro no direito brasileiro: autonomia privada ou devido processo legal?*, Revista de Arbitragem e Mediação, 7:2005, pp. 110-111.

⁷ “A arbitragem vale o que vale o árbitro. Este adágio, referido em larga escala pela doutrina arbitral, põem em relevo uma das vantagens da arbitragem, ou seja, a *especialidade do árbitro* e o papel relevante que desempenha no curso do procedimento arbitral.” JOSÉ EMÍLIO NUNES PINTO, *Recusa e impugnação de árbitro*, Revista de arbitragem e mediação, 15:2007, p. 81, destaque do original.

⁸ Essa observação não passou despercebida por FLÁVIO LUIZ YARSHELL, para quem “(...) o processo jurisdicional – estatal ou arbitral – permanece como instrumento de objetivos que também são públicos: a atuação do direito objetivo, a pacificação social e a afirmação do poder estatal. Assim, não se pode simplesmente colocar juiz estatal e árbitro em idêntico patamar. Uma arbitragem é instituída para um caso específico e os árbitros são – ou estão – juízes dessa particular situação; já o órgão estatal tem a seu cargo uma plêiade de processos, de tal sorte que a criação de regras convencionais particulares deve levar em conta as características, peculiaridades e limites (jurídicos e estruturais) do órgão estatal e da atividade por ele

sua vez gera expectativa de impacto positivo tanto na duração do procedimento arbitral quanto na qualidade da decisão⁹. A observação poderia se estender também a equipamentos à disposição das partes e do painel, e auxiliares da justiça, naturalmente.

Tampouco se desconsidera “a confiança (fidúcia) como mecanismo fundamental na diferenciação entre arbitragem e processo judicial, entre árbitro e juiz”, pois, como explica TERCIO SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR, “a confiança fiducial no juiz togado repousa muito mais na presunção de *neutralidade* da instituição estatal, não no sentido de que seja imune às influências do meio circundante, mas de que goza da legitimidade dada pelo consenso presumido de todos (*terceiro institucionalizado*)”, ao passo que o árbitro “goza de legitimidade pelo consenso *presumido* dos que o indicam *expressivamente*”¹⁰.

De todo modo, feitos os necessários descontos, a análise das razões pelas quais alguns contratantes escolhem recorrer à arbitragem pode fornecer pistas importantes para compreender o que se poderia entender como atrativos dos negócios processuais¹¹.

Outra distinção crítica é a possibilidade de especialização do árbitro na área de conhecimento sobre a qual se desenvolve a disputa e o fato de que suas decisões estão sujeitas a menor controle do que as do juiz. Esses dados, aponta MAURO RUBINO-SAMMARTANO, associados às circunstâncias já mencionadas de que o árbitro é apontado especificamente para o caso e remunerado pelas partes (enquanto o juiz é servidor público

desenvolvida. Em contrapartida, essa distinção e tais limites não podem servir de pretexto para que se recuse validade ou efetividade a regras convencionais das partes sob o argumento de falta de estrutura ou de tempo.” *Que futuro está reservado para as convenções das partes em matéria processual?*, disponível em <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/que-futuro-esta-reservado-para-as-convencoes-das-partes-em-materia-processual/17175>, acesso em 6.12.2016, p. 2.

⁹ HENRY S. NOYES critica essa opinião, ao fundamento de que “[e]ven where arbitration is faster than litigation, however, this efficiency is likely the result of the system that the parties have designed. Arbitration is faster because the party-selected procedures dictate a speedy resolution by waiving a jury, stream-lining discovery, and otherwise ensuring that the dispute resolution procedures guarantee a quick decision. If these same parties ay waive a jury, streamline the discovery process, and alter other procedures to guarantee a quick decision while remaining in the public court system, they may obtain the same efficiency.” *If you (re)build it, they will come: contracts to remake the rules of litigation in arbitration’s image*, Harvard Journal of Law & Public Policy, 30:2007, disponível em <https://ssrn.com/abstract=891301>, acesso em 25.5.2018, p. 586.

¹⁰ *Suspeição e impedimento em arbitragem – sobre o dever de revelar na Lei 9.307/1996*, Revista de Arbitragem e Mediação, 28:2011, p. 71.

¹¹ “Given the contractual power to design a congenial trial process, what would powerful parties desire? One way to gauge their wish list would be to examine the reasons that they are said to choose arbitration clauses: to choose law that minimizes their liability, to eliminate class actions, to eliminate the jury, to avoid publicity, and to save time and money without sacrificing procedural advantage. Arbitration also avoids collateral estoppel and the creation of unwanted precedent.” ELIZABETH THORNBURG, *Designer Trials*, Journal of Dispute Resolutions, 2006:2006, disponível em www.heinonline.com, acesso em 2.6.2018, p. 192.

cuja função principal é julgar) poderiam teoricamente influenciar os mecanismos de tomada de decisão de um e de outro julgadores¹²⁻¹³.

De todo modo, o exame dos poderes e deveres do árbitro desponta como vetor metodológico importante para compreender os limites da atuação do juiz no processo regido por convenção processual, permitindo comparar e contrastar o que se espera da figura do julgador¹⁴ num e noutro métodos de solução de conflitos, novamente, sem pretender afirmar que são idênticos.

Por essas razões, ao longo do texto, as referências à arbitragem serão frequentes, da mesma forma que a comparação entre esta e o processo regido por convenção processual.

¹² Vide, a respeito, *The decision-making mechanism of the arbitrator vis-à-vis the judge*, Journal of international arbitration, 25:2008, pp. 168-169.

¹³ Discorda CARLOS ALBERTO CARMONA, embora (ressalve-se) no contexto de, em 1990, defender o caráter jurisdicional da arbitragem: “(...) qual seria a diferença entre a atividade do juiz e a do árbitro? Intellectualmente, nenhuma: ambos analisariam o fato à luz dos cânones jurídicos para perquirir a verdade e declarar a norma aplicável à espécie; ambos colheriam provas, resolveriam questões e profeririam a decisão final. Ambos, portanto, declararariam o direito.” *Arbitragem e jurisdição*, Revista de Processo, 58:1990, disponível em www.rt.com.br, acesso em 29.6.2018, p. 2 (arquivo digital).

¹⁴ “Da definição de arbitragem compromissória, podemos extrair o traço contratual da arbitragem, expresso na máxima de que a arbitragem é contratual na fonte e jurisdicional em seu desenvolvimento. Por outro lado, encontra-se, ainda aí, o conceito difundido de que a missão dos árbitros consiste numa obrigação de resultado ou seja, o compromisso de dar a sua opinião sobre a controvérsia, dirimindo-a. Assim sendo, não podia o pretor obrigar a que uma pessoa viesse a assumir a função de árbitro, mas, uma vez aceita esta, a controvérsia restava aos seus cuidados e deveria, portanto, ditar uma sentença.” JOSÉ EMÍLIO NUNES PINTO, *Recusa cit.*, p. 82.

CONCLUSÃO

Buscava-se, com o presente trabalho, compreender de que maneira o dever de cooperação positivado no Código de Processo Civil condiciona a atuação do magistrado nos processos regidos por convenção processual, testando a hipótese de que essa atuação nestes casos deveria ser diferente daqueles em que não houvesse (ou não existisse possibilidade de) celebração de negócios jurídicos processuais.

Viu-se que a cooperação entre partes que à primeira vista poderiam ter interesses antagônicos em relação a determinados pontos (e, portanto, não teriam incentivos para se ajudarem mutuamente) existe fora do processo civil – e até mesmo fora do direito –, sendo possível identificar diversas razões pelas quais isso acontece (reputação, sombra do futuro, perspectiva de ganhos à luz dos custos envolvidos, etc.), a partir da formulação teórica da categoria dos contratos de cooperação. No processo, a arbitragem é também um exemplo desse fenômeno.

Após análise dos contornos do dever de cooperação no processo civil, essa constatação permitiu enquadrar a possibilidade de ampla celebração de convenções processuais (arts. 190, 191, CPC) como desdobramento processual do fenômeno que já vinha sendo observado em outras searas, de modo a relacionar autonomia da vontade, cooperação e negócios jurídicos processuais. Registrou-se que a autonomia da vontade é, da mesma forma, princípio fundante da arbitragem.

Tratou-se das possibilidades e limites das convenções processuais, de modo a construir embasamento teórico para a análise da atuação que se esperava do julgador nos processos regidos por negócio jurídico processual – com atenção especial a possibilidades genéricas, que não foram (nem poderiam ser em sua totalidade) antevistas pelo legislador.

Na segunda parte do trabalho, deu-se foco à atuação do juiz, explicando que, nos processos regidos por convenção processual, ou que poderiam sê-lo, competem-lhe as funções de fomento, controle e aplicação respectiva, tendo-se demonstrado por que o julgador não é parte do negócio jurídico processual em nenhuma situação.

Essa sistematização permite concluir que, da mesma forma que não é dado ao juiz deixar de tentar conciliar as partes em relação ao direito material, ele também não pode deixar de exercer seu dever de fomento em relação às convenções processuais nos processos que as admitem. Ele tampouco pode alterar de ofício o conteúdo das convenções processuais ou simplesmente se recusar a aplicá-las por entender inconvenientes seus termos, pois a autonomia da vontade das partes no momento da celebração oferece barreira à sua atuação.

Esclareceu-se, ainda, que o dever de controle do conteúdo da convenção processual que compete ao magistrado engloba a análise da abusividade da inserção em contrato de adesão, de eventual situação de vulnerabilidade de uma das partes, e das invalidades previstas no Código Civil relativamente aos negócios jurídicos, mas não se restringe a elas: conforme se demonstrou, esse exame deve abranger também as causas de nulidade de sentença arbitral que se referem à consensualidade (ou seja, à livre e adequada manifestação de vontade relativa à própria escolha do procedimento arbitral – ou, no caso, do procedimento regido por convenção processual), aplicadas por analogia.

No que diz respeito à terceira função do juiz, demonstrou-se que cabe ao juiz a aplicação da convenção processual porque fonte de obrigações válida, independentemente de sua própria manifestação de vontade (ou opinião) a respeito. Além de cumpri-la ele próprio, nessa função está inserido seu dever de diligenciar para que os sujeitos processuais também a cumpram (mediante tutela específica ou indeferimento de requerimentos contrários ao seu teor).

Possível, ainda, afirmar com base na exposição realizada que o juiz não pode se negar a aplicar convenção processual por se tratar de negócio atípico ou pouco usual na cultura jurídica brasileira, pois a cláusula geral de negociação processual abre margem para que as partes busquem inspiração em contratos estrangeiros que já funcionem e que eventualmente possam lhe ser úteis.

Assim, sistematizado o papel do juiz no negócio processual, entende-se haver sido confirmada a hipótese inicial, tendo-se que, para a validade e legitimação do processo, o julgador deverá exercer as mencionadas funções, na medida da sua adequação aos casos concretos, extraídas do seu dever de cooperação.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, RAFAEL SIRANGELO DE, *A igualdade e os negócios processuais in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

_____, “Customização processual compartilhada”: o sistema de adaptabilidade do novo CPC, *Revista de Processo*, 257:2016.

ALMEIDA, DIOGO ASSUMPÇÃO REZENDE DE, *As convenções processuais na experiência francesa e no novo CPC in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

ALVARO DE OLIVEIRA, CARLOS ALBERTO, *Poderes do juiz e visão cooperativa do processo I*, disponível em www.abdpc.org.br, acesso em 7.6.2016.

ALVES, RAFAEL FRANCISCO, *A aplicação do direito pelo árbitro: aspectos relativos ao julgamento do mérito na arbitragem*, tese apresentada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de doutor sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Carmona, São Paulo, 2016.

_____, *A imparcialidade do árbitro no direito brasileiro: autonomia privada ou devido processo legal?*, *Revista de Arbitragem e Mediação*, 7:2005.

ANDRADE NERY, ROSA MARIA (em coautoria), NERY JR., NELSON, *Comentários ao Código de Processo Civil - novo CPC - lei 13.105/2015*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

_____, *Fatos processuais. Atos jurídicos processuais simples. Negócio jurídico processual (unilateral e bilateral). Transação*, *Revista de Direito Privado*, 64:2015.

APRIGLIANO, RICARDO DE CARVALHO, *Ordem pública e processo – o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil*, São Paulo, Atlas, 2011.

- ARAGÃO, LEANDRO SANTOS (em coautoria), DIDIER JR., FREDIE, LIPIANI, JÚLIA, *Negócios jurídicos processuais em contratos empresariais* in Fredie Didier Jr., *Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais*, Salvador, Juspodium, 2018.
- ARENHART, SERGIO CRUZ (em coautoria), MARINONI, LUIZ GUILHERME, MITIDIERO, DANIEL, *Novo Código de Processo Civil comentado*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.
- AVELINO, MURILO TEIXEIRA, *A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais*, Revista de Processo, 24:2015, obtido em www.rtonline.com.br, acesso em 23.6.2018.
- ÁVILA, HUMBERTO, *Teoria dos princípios*, 12ª edição ampliada, São Paulo, Malheiros, 2011.
- AXELROD, ROBERT, *The evolution of cooperation*, edição revisada, Cambridge (MA), Basic Books, 2006.
- BARBOSA MOREIRA, JOSÉ CARLOS, *Convenções das partes sobre matéria processual* in *Temas de direito processual - terceira série*, São Paulo, Saraiva, 1984.
- _____, *O processo civil contemporâneo: um enfoque comparativo* in *Temas de direito processual – nona série*, São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____, *Os poderes do juiz na direção e na instrução do processo* in *Temas de direito processual: quarta série*, São Paulo, Saraiva, 1989.
- _____, *Reformas processuais e poderes do juiz* in *Temas de direito processual: oitava série*, São Paulo, Saraiva, 2004.
- BARBOZA, HELOÍSA HELENA (em coautoria), MORAES, MARIA CELINA BODIN, TEPEDINO, GUSTAVO, *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*, v. I, 2ª edição revista e atualizada, Renovar, Rio de Janeiro, 2011.
- BARREIROS, LORENA MIRANDA SANTOS, *Convenções processuais e poder público*, Salvador, Juspodium, 2016.

- BEDAQUE, JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS, *Efetividade do processo e técnica processual*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010.
- BONE, ROBERT G., *Party rulemaking: making procedural rules through party choice*, Texas Law Review, 90:2012, disponível em <https://ssrn.com/abstract=2057987>, acesso em 1.6.2018.
- BONFIM, DANIELA SANTOS, *A legitimidade extraordinária de origem negocial in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- BONIZZI, MARCELO JOSÉ MAGALHÃES, *Estudo sobre os limites da contratualização do litígio e do processo*, Revista de Processo, 269:2017.
- BOTELHO DE MESQUITA, JOSÉ IGNÁCIO, *Vista da arbitragem a partir do processo in* FRANÇA, ERASMO VALLADÃO AZEVEDO E NOVAES, VON ADAMEK, MARCELO VIEIRA (coords.), *Temas de direito empresarial e outros estudos em homenagem ao professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães*, São Paulo, Malheiros, 2014.
- _____, *O princípio da liberdade na prestação jurisdicional in Teses, estudos e pareceres de processo civil*, v. 2, Revista dos Tribunais, 2005.
- CABRAL, ANTONIO DO PASSO, *Convenções processuais*, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, Salvador, Juspodium, 2018.
- _____, *Convenções sobre os custos da litigância (I): admissibilidade, objeto e limites*, Revista de Processo, 276:2018.
- _____, *Il principio del contraddittorio come diritto d'influenza e dovere di dibattito*, Rivista di Diritto Procesuale, 2:2005.
- _____, *Imparcialidade e imparcialidade. Por uma teoria sobre repartição e incompatibilidade de funções nos processos civil e penal*, Revista de Processo, 149:2007.

- ____ (em coautoria), DIDIER JR., FREDIE, *Negócios jurídicos processuais atípicos e execução*, Revista de Processo, 275:2018, obtido em www.rtonline.com.br, acesso em 30.4.2018.
- ____, *O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva*, Revista de Processo, 126:2005, obtido em www.rt.com.br.
- ____, *Recurso “per saltum” negocial: convenção processual para supressão de instância* in DANTAS, BRUNO, SCARPINELLA BUENO, CASSIO, CAHALI, CLÁUDIA ELISABETE SCHWERZ, NOLASCO, RITA DIAS (coords.), *Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência após o primeiro ano de vigência do novo CPC em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim*, São Paulo, RT, 2017.
- CABRAL, TRICIA NAVARRO XAVIER, *Reflexos das convenções em matéria processual nos atos judiciais* in CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- CADIET, LOIC, *Case management judiciaire et déformalisation de la procédure*, Revue française d’administration, 125:2008, disponível em <http://www.cairn.info/revue-francaise-d-administration-publique-2008-1-page-133-htm>, acesso em 18.5.2018.
- ____, *La qualification juridique des accords processuels* in CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- ____, *Les conventions relatives au procès en droit français - Sur la contractualisation du règlement des litiges*, Revista de Processo, 160:2008.
- ____ (em coautoria), NORMAND, JACQUES, MEKKI, SORAYA AMRANI, *Théorie générale du procès*, 1ª edição, Paris, Presses Universitaires de France, 2010.
- CALMON DE PASSOS, JOSÉ JOAQUIM, *O magistrado, protagonista do processo jurisdicional?* in GARCIA MEDINA, JOSÉ MIGUEL, CRUZ, LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO, CERQUEIRA, LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE, GOMES JÚNIOR, LUIZ MANOEL

(coords.), *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

CÂMARA, ALEXANDRE FREITAS (em coautoria), DUARTE, ANTONIO AURÉLIO ABI-RAMIA, *O processo como “comunidade de trabalho” e o princípio da cooperação*, Revista da EMERJ, 18:2015.

_____, *Poderes instrutórios do juiz e processo civil democrático*, Revista de Processo, 153:2007.

CÂMARA, MARCELA REGINA PEREIRA, *A contratualização do processo civil?*, Revista de Processo, 194:2011.

CAPONI, REMO, *Autonomia privata e processo civile: gli accordi processual*, Civil Procedure Review, 2:2010.

CAPPELLETTI, MAURO, *Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça*, Revista de Processo, 74:1994.

CARMONA, CARLOS ALBERTO, *Arbitragem e processo*, 3ª edição revista, atualizada e ampliada, São Paulo, Atlas, 2009.

_____, *Arbitragem e jurisdição*, Revista de Processo, 58:1990, disponível em www.rt.com.br, acesso em 29.6.2018.

CHAGAS, BÁRBARA SECCATO RUIS (em coautoria), MAZZEI, RODRIGO, *Os negócios jurídicos processuais e a arbitragem in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

CIANCI, MIRNA (em coautoria), MEGNA, BRUNO LOPES, *Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais no novo CPC: pontos de partida para o estudo in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

- COASE, RONALD H., *The relevance of transaction costs in the economic analysis of law in* PARISI, FRANCISCO, ROWLEY, CHARLES K., (orgs.), *The origins of law and economics – essays by the founding fathers*, Camberley Surrey, Edward Elgar, 2007.
- COMOGLIO, LUIGI PAOLO, *Disponibilità della prova e poteri d'ufficio degli arbitri*, *Rivista di Diritto Processuale*, 4-5:2013.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *Justiça em Números 2017: ano-base 2016*, Brasília, CNJ, 2017.
- COSTA, EDUARDO JOSÉ DA FONSECA, *Calendarização Processual in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- COSTA, MARÍLIA SIQUEIRA DA, *Convenções processuais sobre intervenção de terceiros*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de mestra sob a orientação do Prof. Associado Associado Heitor Vitor Mendonça Sica, São Paulo, 2017.
- _____ (em coautoria), LIPIANI, JÚLIA, *Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE (coords.), *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- COSTA E SILVA, PAULA, *Acto e processo – o dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
- _____, *O acesso ao sistema judicial e os meios alternativos de resolução de controvérsias: alternatividade efectiva e complementariedade*, *Revista de Processo*, 158:2008.
- CUNHA, LEONARDO CARNEIRO, *Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

_____, *O princípio contraditório e a cooperação no processo*, disponível em <http://www.leonardocarneirodacunha.com.br/artigos/o-principio-contraditorio-e-a-cooperacao-no-processo/>, acesso em 6.6.2016.

Os papéis respectivos do árbitro e do juiz no controle do negócio jurídico processual in VALENÇA FILHO, CLÁVIO DE MELO, ABDALLA, LETÍCIA, LESSA NETO, JOÃO LUIZ (orgs.) *Negócios jurídicos processuais na arbitragem*, São Paulo, CIESP, 2017.

_____, *Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro*, in CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE (coords.), *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

DALLA BARBA, RAFAEL GIORGIO (em coautoria), LOPES, ZIEL FERREIRA, STRECK, LENIO LUIZ, DELFINO, LÚCIO, *A cooperação processual do novo CPC é incompatível com a Constituição*, Consultor Jurídico, disponível em <https://www.conjur.com.br/2014-dez-23/cooperacao-processual-cpc-incompativel-constituicao>, acesso em 2.4.2018.

DAVIS, KEVIN E. (em coautoria), HERSHKOFF, HELEN, *Contracting for procedure*, William & Mary Law Review, 53:2011.

DELFINO, LÚCIO (em coautoria), LOPES, ZIEL FERREIRA, STRECK, LENIO LUIZ, DALLA BARBA, RAFAEL GIORGIO, *A cooperação processual do novo CPC é incompatível com a Constituição*, Consultor Jurídico, disponível em <https://www.conjur.com.br/2014-dez-23/cooperacao-processual-cpc-incompativel-constituicao>, acesso em 2.4.2018.

DIDIER JR., FREDIE, *Cláusulas gerais processuais*, disponível em www.frediedidier.com.br/artigos/clausulas-gerais-processuais, acesso em 15.5.2018

_____, *Fonte normativa da legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de origem negocial*, disponível em https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/91492/2015_didierjunior_fredie_fonte_normativa.pdf?sequence=1&isAllowed=y, acesso em 6.4.2018.

- _____ (em coautoria), CABRAL, ANTONIO DO PASSO, *Negócios jurídicos processuais atípicos e execução*, Revista de Processo, 275:2018, obtido em www.rtonline.com.br, acesso em 30.4.2018.
- _____, *Negócios jurídicos processuais atípicos no CPC-2015* in MARCATO, ANA, GALINDO, BEATRIZ, GÓES, GISELE FERNANDES, BRAGA, PAULA SARNO, APRIGLIANO, RICARDO, NOLASCO, RITA DIAS (coords.), *Negócios Processuais*, v. 1 da Coletânea Mulheres no Processo Civil Brasileiro, Salvador, Juspodium, 2017.
- _____ (em coautoria), LIPIANI, JÚLIA, ARAGÃO, LEANDRO SANTOS, *Negócios jurídicos processuais em contratos empresariais* in Fredie Didier Jr., *Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais*, Salvador, Juspodium, 2018.
- _____, *Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil*, in CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- _____, *Princípio da cooperação: uma apresentação*, Revista de Processo, 127: 2005, obtido em www.rt.com.br.
- _____, *Sobre dois importantes, e esquecidos, princípios do processo: adequação e adaptabilidade do procedimento*, disponível em http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/fredie%20didier_3_-formatado.pdf, acesso em 5.6.2018.
- DINAMARCO, CÂNDIDO RANGEL, *A arbitragem na teoria geral do processo*, São Paulo, Malheiros, 2013.
- _____, *Instituições de Direito Processual Civil*, v. 2, 6ª edição, revista e atualizada, São Paulo, Malheiros, 2009.
- _____, *Instituições de Direito Processual Civil*, v. II, 7ª edição, revista e atualizada, São Paulo, Malheiros, 2017;
- _____ (em coautoria), LOPES, BRUNO VASCONCELOS CARRILHO, *Teoria geral do novo processo civil*, São Paulo, Malheiros, 2016.

DINAMARCO, PEDRO DA SILVA, *Ônus processuais: limites à aplicação das consequências previstas para o seu não-cumprimento*, tese apresentada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de doutor sob a orientação do Prof. Titular Cândido Rangel Dinamarco, São Paulo, 2007.

DI SPIRITO, MARCO PAULO DENUCCI, *Controle de formação e controle de conteúdo do negócio jurídico processual*, Revista de Direito Privado, 63:2015.

DUARTE, ANTONIO AURÉLIO ABI-RAMIA (em coautoria), CÂMARA, ALEXANDRE FREITAS, *O processo como “comunidade de trabalho” e o princípio da cooperação*, Revista da EMERJ, 18:2015.

DUARTE JUNIOR, LUIZ PÉRISSÉ (em coautoria), GUIMARÃES, VIRGINIA SANTOS PEREIRA, *Limites da responsabilidade civil do árbitro por erro ‘in judicando’ – um paralelo necessário*, Revista do Advogado, 119:2013.

ELIAS, CARLOS EDUARDO STEFEN, *Imparcialidade dos árbitros*, tese apresentada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de doutor sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Carmona, São Paulo, 2014.

EZEQUIEL, CAROLINE DAL POZ, *Negócios Jurídicos Processuais*, dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Cândido Rangel Dinamarco para a obtenção do título de Mestre, São Paulo, 2018.

FAZZALARI, ELIO, *Istituzioni di Diritto Processuale*, 7ª edição, Padova, Cedam, 1994.

FERRAZ JÚNIOR, TERCIO SAMPAIO, *Suspeição e impedimento em arbitragem – sobre o dever de revelar na Lei 9.307/1996*, Revista de Arbitragem e Mediação, 28:2011.

FORGIONI, PAULA ANDREA, *Contratos Empresariais – Teoria Geral e aplicação*, 2ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

FREITAS JR., ANTONIO RODRIGUES DE, *Sobre a relevância de uma noção precisa de conflito*, Revista do Advogado, 123:2014.

- GAJARDONI, FERNANDO DA FONSECA, *Flexibilização Procedimental – um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual de cordo com as recentes reformas do CPC*, São Paulo, Atlas, 2008.
- _____ (em coautoria), SOUZA, MAURÍCIO BEARZOTTI DE, *Os princípios da adequação, da adaptabilidade de flexibilização procedimental pelo juiz no novo CPC*, Revista TST, 82:2016.
- GARCIA MEDINA, JOSÉ MIGUEL, *A dimensão procedimental dos direitos e o projeto do novo CPC*, Revista de Informação Legislativa, 190:2011.
- GODINHO, ROBSON RENAULT, *Negócios jurídicos processuais: uma nova fronteira?*, Revista do Advogado, 126:2015.
- _____, *A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos em matéria probatória in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO, *Direito Civil Brasileiro*, v. 1, 10ª edição (versão digital), São Paulo, Saraiva, 2012.
- GOUVEIA, LUCIO GRASSI, *A função legitimadora do princípio da cooperação intersubjetiva no processo civil brasileiro*, Revista de Processo, 172:2009, obtido em www.rt.com.br.
- GRECO, LEONARDO, *Os atos de disposição processual – primeiras reflexões in* GARCIA MEDINA, JOSÉ MIGUEL, CRUZ, LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO, CERQUEIRA, LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE, GOMES JÚNIOR, LUIZ MANOEL (coords.), *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.
- GRINOVER, ADA PELLEGRINI, *Os princípios constitucionais e o Código de Processo Civil*, São Paulo, Bushatsky, 1975.
- GUIMARÃES, VIRGINIA SANTOS PEREIRA (em coautoria), DUARTE JUNIOR, LUIZ PÉRISSÉ, *Limites da responsabilidade civil do árbitro por erro ‘in judicando’ – um paralelo necessário*, Revista do Advogado, 119:2013.

- HERSHKOFF, HELEN (em coautoria), DAVIS, KEVIN E., *Contracting for procedure*, William & Mary Law Review, 53:2011.
- HORTON, DAVID, *The shadow terms: contract procedure and unilateral amendments*, UCLA Law Review 605:2010.
- JUNQUEIRA DE AZEVEDO, ANTONIO, *Negócio Jurídico – existência, validade e eficácia*, 4ª edição atualizada de acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10-1-2002), São Paulo, Saraiva, 2002.
- KAPELIUK, DAPHNA (em coautoria), KLEMENT, ALON, *Contractualizing procedure*, não publicado, disponível em <https://ssrn.com/abstract=1323056>, acesso em 31.5.2018.
- KERN, CHRISTOPH A., *Procedural contracts in Germany in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- KLEMENT, ALON (em coautoria), KAPELIUK, DAPHNA, *Contractualizing procedure*, não publicado, disponível em <https://ssrn.com/abstract=1323056>, acesso em 31.5.2018.
- KOMATSU, ROQUE, *Da invalidade no processo civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991.
- _____, *Notas em torno dos deveres processuais dos juízes in* SALLES, CARLOS ALBERTO DE (coord.), *As grandes transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*, São Paulo, Quartier Latin, 2009.
- LASPRO, ORESTE NESTOR DE SOUZA, *Da expressa proibição à “decisão-surpresa” no novo CPC*, Revista do Advogado, 126:2015.
- LEQUETTE, SUSANNE, *Entre le contrat-échange et le contrat-organisation: le contrat coopération*, Revue de Droit d’Assas, 7:2013.
- LIEBMAN, ENRICO TULLIO, *Manual de Direito Processual Civil*, v. 1, 3ª edição, São Paulo, Malheiros, 2005.

- LINS CONCEIÇÃO, MARIA LÚCIA (em coautoria), MELLO, ROGERIO LICASTRO TORRES DE, RIBEIRO, LEONARDO FERRES DA SILVA, WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM, *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil artigo por artigo*, 1ª edição, 3ª tiragem, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.
- LIPIANI, JÚLIA (em coautoria), SIQUEIRA, MARILIA, *Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE (coords.), *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.
- _____ (em coautoria), DIDIER JR., FREDIE, ARAGÃO, LEANDRO SANTOS, *Negócios jurídicos processuais em contratos empresariais in* Fredie Didier Jr., *Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais*, Salvador, Juspodium, 2018.
- LOPES, BRUNO VASCONCELOS CARRILHO (em coautoria), DINAMARCO, CÂNDIDO RANGEL, *Teoria geral do novo processo civil*, São Paulo, Malheiros, 2016.
- LOPES, ZIEL FERREIRA (em coautoria), STRECK, LENIO LUIZ, DELFINO, LÚCIO, DALLA BARBA, RAFAEL GIORGIO, *A cooperação processual do novo CPC é incompatível com a Constituição*, Consultor Jurídico, disponível em <https://www.conjur.com.br/2014-dez-23/cooperacao-processual-cpc-incompativel-constituicao>, acesso em 2.4.2018.
- LORENCINI, MARCO ANTONIO GARCIA LOPES, *A contribuição dos meios alternativos para a solução das controvérsias in* SALLES, CARLOS ALBERTO DE (coord.), *As grandes transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*, São Paulo, Quartier Latin, 2009.
- LOTUFO, RENAN, *Código Civil comentado*, v. 1, 2ª edição atualizada (versão digital), São Paulo, Saraiva, 2004.
- LUCCA, RODRIGO RAMINA DE, *Disponibilidade processual: os interesses privados das partes diante da natureza pública do processo*, tese apresentada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor sob a orientação do Prof. Titular Flávio Luiz Yarshell, São Paulo, 2018.

MARINONI, LUIZ GUILHERME (em coautoria), ARENHART, SERGIO CRUZ, MITIDIERO, DANIEL, *Novo Código de Processo Civil comentado*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, CLAUDIA LIMA, *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*, 5ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005.

MAZZEI, RODRIGO (em coautoria), CHAGAS, BÁRBARA SECCATO RUIS, *Os negócios jurídicos processuais e a arbitragem in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

MEGNA, BRUNO LOPES (em coautoria), CIANCI, MIRNA, *Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais no novo CPC: pontos de partida para o estudo in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

MEJIAS, LUCAS BRITTO, *Controle da atividade do árbitro*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

MEKKI, SORAYA AMRANI (em coautoria), CADIET, LOÏC, NORMAND, JACQUES, *Théorie générale du procès*, 1ª edição, Paris, Presses Universitaires de France, 2010.

MELLO, ROGERIO LICASTRO TORRES DE (em coautoria), LINS CONCEIÇÃO, MARIA LÚCIA, RIBEIRO, LEONARDO FERRES DA SILVA, WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM, *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil artigo por artigo*, 1ª edição, 3ª tiragem, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

MÉNARD, CLAUDE, *Hybrid modes of organization. Alliances, Joint ventures, networks and other 'strange animals' in* GIBBONS, ROBERT, ROBERTS, JOHN, *The handbook of organizational economics*, Princeton University Press, 2012, disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00624291>, acesso em 13.3.2018.

_____, *The economics of hybrid organizations*, Journal of Institutional and Theoretical Economics, 160:2004.

- MIRANDA, VICENTE, *Poderes do juiz no processo civil brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 1992.
- MITIDIERO, DANIEL, *A colaboração como norma fundamental do Novo Processo Civil brasileiro*, Revista do Advogado, 126:2015.
- _____, (em coautoria), ARENHART, SERGIO CRUZ, MARINONI, LUIZ GUILHERME, *Novo Código de Processo Civil comentado*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.
- MOFFITT, MICHAEL L., *Contingent agreements: agreeing to disagree about the future*, Marquette Law Review, 87:2004, disponível em <http://scholarship.law.marquette.edu/mulr/vol87/iss4/8>, acesso em 19.6.2018.
- _____, *Customized litigation: the case for making civil procedure negotiable*, George Washington Law Review, 75:2007, disponível em <https://ssrn.com/abstract=888221>, acesso em 9.3.2018.
- MORAES, MARIA CELINA BODIN (em coautoria), BARBOZA, HELOÍSA HELENA, TEPEDINO, GUSTAVO, *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*, v. I, 2ª edição revista e atualizada, Renovar, Rio de Janeiro, 2011.
- MOREIRA, VICTÓRIA HOFFMAN (em coautoria), PEIXOTO, JULIENE DE SOUZA, *Negócios jurídicos processuais e os poderes instrutórios do juiz in* MARCATO, ANA, GALINDO, BEATRIZ, GÓES, GISELE FERNANDES, BRAGA, PAULA SARNO, APRIGLIANO, RICARDO, NOLASCO, RITA DIAS (coords.), *Negócios Processuais*, v. 1 da Coletânea Mulheres no Processo Civil Brasileiro, Salvador, Juspodium, 2017.
- MÜLLER, JULIO GUILHERME (em coautoria), REDONDO, BRUNO GARCIA, *Negócios processuais relativos a honorários advocatícios*, Revista Eletrônica de Direito Processual, 16:2015, disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/19961/14301>, acesso em 10.6.2018.
- NERY JR., NELSON (em coautoria), ANDRADE NERY, ROSA MARIA, *Comentários ao Código de Processo Civil - novo CPC - lei 13.105/2015*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE, *Negócios jurídicos processuais*, 2ª edição, revista e atualizada, Salvador, Juspodium, 2016.

_____, *Sobre os acordos de procedimento no Processo Civil Brasileiro*, in CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE (coords.), *Negócios processuais*, v. 1, coleção Grandes Temas do novo CPC, Salvador, Juspodium, 2015.

_____, in Wambier, Teresa Arruda Alvim *et alli*, *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

NORMAND, JACQUES (em coautoria), CADIET, LOÏC, MEKKI, SORAYA AMRANI, *Théorie générale du procès*, 1ª edição, Paris, Presses Universitaires de France, 2010.

NOYES, HENRY S., *If you (re)build it, they will come: contracts to remake the rules of litigation in arbitration's image*, Harvard Journal of Law & Public Policy, 30:2007, disponível em <https://ssrn.com/abstract=891301>, acesso em 25.5.2018.

OLIVEIRA, JAMES EDUARDO, *Código Civil anotado e comentado – doutrina e jurisprudência*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2010.

OLIVEIRA NETO, OLAVO DE in SCARPINELLA BUENO, CASSIO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. 2, São Paulo, Saraiva, 2017.

PARENTE, EDUARDO DE ALBUQUERQUE, *Processo arbitral e sistema*, tese apresentada à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de doutor sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Carmona, São Paulo, 2009.

PEIXOTO, JULIENE DE SOUZA (em coautoria), MOREIRA, VICTORIA HOFFMAN, *Negócios jurídicos processuais e os poderes instrutórios do juiz* in MARCATO, ANA, GALINDO, BEATRIZ, GÓES, GISELE FERNANDES, BRAGA, PAULA SARNO, APRIGLIANO, RICARDO, NOLASCO, RITA DIAS (coords.), *Negócios Processuais*, v. 1 da Coletânea Mulheres no Processo Civil Brasileiro, Salvador, Juspodium, 2017.

PINTO, JOSÉ EMÍLIO NUNES, *Recusa e impugnação de árbitro*, Revista de arbitragem e mediação, 15:2007.

PONTES DE MIRANDA, FRANCISCO CAVALCANTI, *Tratado de direito privado*, t. III, atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

_____, *Tratado de Direito Privado – Parte Geral*, v. 4, atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PRESCOTT, J. J. (em coautoria), SPIER, KATHRYN E., *Contracting on Litigation*, Law and economics research paper series, Michigan Law, paper n. 16-009:2016, disponível em <http://ssrn.com/abstract=2765033>, acesso em 18.4.2018.

PUOLI, JOSÉ CARLOS BAPTISTA, *O ônus da prova e sua distribuição dinâmica no novo Código de Processo Civil* in *O novo Código de Processo Civil – questões controvertidas*, São Paulo, Atlas, 2015.

_____, *Os poderes do juiz e as reformas do processo civil*, São Paulo, Juarez de Oliveira, 2002.

RAATZ, IGOR, *Autonomia privada e processo civil – negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*, Salvador, Juspodium, 2016.

REDONDO, BRUNO GARCIA (em coautoria), MÜLLER, JULIO GUILHERME, *Negócios processuais relativos a honorários advocatícios*, Revista Eletrônica de Direito Processual, 16:2015, disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/19961/14301>, acesso em 10.6.2018.

RESNIK, JUDITH, *Procedure as contract*, Notre Dame Law Review, 80:2005, disponível em <http://scholarship.law.nd.edu/ndlr/bol80/iss2/6>, acesso em 2.6.2018.

RIBEIRO, LEONARDO FERRES DA SILVA (em coautoria), LINS CONCEIÇÃO, MARIA LÚCIA, MELLO, ROGERIO LICASTRO TORRES DE, WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM, *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil artigo por artigo*, 1ª edição, 3ª tiragem, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

RIZZARDO, ARNALDO, *Contratos*, 13ª edição, revista e atualizada, Rio de Janeiro, Forense, 2013.

- RODRIGUES, SILVIO, *Direito Civil*, v. 1, 33ª edição, São Paulo, Saraiva, 2003.
- MAURO RUBINO-SAMMARTANO, *The decision-making mechanism of the arbitrator vis-à-vis the judge*, *Journal of international arbitration*, 25:2008.
- SALLES, CARLOS ALBERTO DE, *Arbitragem em contratos administrativos*, São Paulo, Método, 2011.
- _____, *Calendário processual: perspectivas para um processo tempo-orientado in* BEDAQUE, JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS, YARSHELL, FLÁVIO LUIZ, SICA, HEITOR VITOR MENDONÇA (coords.), *Estudos de direito processual civil em homenagem ao Professor José Rogério Cruz e Tucci*, Salvador, Juspodium, 2018.
- SANTOS, EVARISTO ARAGÃO (em coautoria), WAMBIER, LUIZ RODRIGUES, *Sobre o “ponto de equilíbrio” entre a atividade instrutória do juiz e o ônus da parte de provar in* GARCIA MEDINA, JOSÉ MIGUEL, CRUZ, LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO, CERQUEIRA, LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE, GOMES JÚNIOR, LUIZ MANOEL (coords.), *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.
- SANTOS FILHO, HERMÍLIO PEREIRA *et alli*, *Diagnóstico sobre as causas do progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas, bem como da morosidade da justiça civil*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011.
- SCARPINELLA BUENO, CASSIO, *Curso sistematizado de Direito Processual Civil*, v. 2, t. 1, 6ª edição, São Paulo, Saraiva, 2013.
- SCHUNCK, GIULIANA BONANNO, *Contratos de longo prazo e dever de cooperação*, São Paulo, Almedina, 2016.
- SCOTT, ROBERT E. (em coautoria), TRIANTIS, GEORGE G., *Anticipating litigation in contract design*, *The Yale Law Journal*, 814:2006.
- SICA, HEITOR VITOR MENDONÇA *in* SCARPINELLA BUENO, CASSIO (coord.), *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. 1, São Paulo, Saraiva, 2017.

_____, *Preclusão processual civil*, 2ª edição, São Paulo, Atlas, 2011.

SILVA, FERNANDA TARTUCE, *Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar in* SALLES, CARLOS ALBERTO DE, LORENCINI, MARCO ANTÔNIO GARCIA LOPES, SILVA, PAULO EDUARDO ALVES DA (coords.), *Negociação, mediação e arbitragem – curso básico para programas de graduação em Direito*, São Paulo, Método, 2012.

SILVA, LEONARDO TOLEDO DA, *Contrato de aliança – projetos colaborativos em infraestrutura e construção*, São Paulo, Almedina, 2017.

SOARES, LARA RAFAELLE PINHO, *A vulnerabilidade na negociação processual atípica*, dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de mestra sob a orientação do Prof. Dr. Fredie Didier Júnior, Salvador, 2016.

SOUZA, MAURÍCIO BEARZOTTI DE (em coautoria), GAJARDONI, FERNANDO DA FONSECA, *Os princípios da adequação, da adaptabilidade de flexibilização procedimental pelo juiz no novo CPC*, Revista TST, 82:2016.

SPIER, KATHRYN E. (em coautoria), PRESCOTT, J. J., *Contracting on Litigation*, Law and economics research paper series, Michigan Law, paper n. 16-009:2016, disponível em <http://ssrn.com/abstract=2765033>, acesso em 18.4.2018.

STRECK, LENIO LUIZ (em coautoria), DELFINO, LÚCIO, DALLA BARBA, RAFAEL GIORGIO, LOPES, ZIEL FERREIRA, *A cooperação processual do novo CPC é incompatível com a Constituição*, Consultor Jurídico, disponível em <https://www.conjur.com.br/2014-dez-23/cooperacao-processual-cpc-incompativel-constituicao>, acesso em 2.4.2018.

TAKAHASHI, BRUNO, *Dilemas éticos de um conciliador*, Revista do Advogado, 123:2014.

TALAMINI, EDUARDO, *Um processo pra chamar de seu: nota sobre os negócios jurídicos processuais*, disponível em <http://www.justen.com.br/informativo>, acesso em 1.6.2018.

TARTUCE, FERNANDA, *Igualdade e vulnerabilidade no processo civil*, Rio de Janeiro, Forense, 2012.

TARTUCE, FLÁVIO, *O novo CPC e o direito civil*, São Paulo, Método, 2015.

TARUFFO, MICHELE, *Verdade negociada?*, trad. Pedro Gomes de Queiroz, Revista Eletrônica de Direito Processual, 13:2014.

TEIXEIRA DE SOUSA, MIGUEL, *Omissão do dever de cooperação do tribunal: que consequências?* (01.2015), disponível em [http://www.academia.edu/10210886/TEIXEIRA DE SOUSA M. Omiss%C3%A3o do dever de coopera%C3%A7%C3%A3o do tribunal que consequ%C3%AAs_01.2015](http://www.academia.edu/10210886/TEIXEIRA_DE_SOUSA_M._Omiss%C3%A3o_do_dever_de_coopera%C3%A7%C3%A3o_do_tribunal_que_consequ%C3%AAs_01.2015), acesso em 7.6.2016.

TEPEDINO, GUSTAVO (em coautoria), BARBOZA, HELOÍSA HELENA, MORAES, MARIA CELINA BODIN, *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*, v. 1, 2ª edição revista e atualizada, Renovar, Rio de Janeiro, 2011.

THORNBURG, ELIZABETH, *Designer Trials*, *Jornal of Dispute Resolutions*, 2006:2006, p. 196, disponível em www.heinonline.com, acesso em 2.6.2018.

THEODORO JÚNIOR, HUMBERTO, *Curso de Direito Processual Civil*, v. 1, 56ª edição revista, atualizada e ampliada, Rio de Janeiro, 2015.

_____, *O contrato de seguro e a regulação do sinistro*, disponível em <http://www.ibds.com.br/artigos/OContratodeSeguroeaRegulacaodoSinistro.pdf>, acesso em 6.7.2018.

TRIANDIS, GEORGE G. (em coautoria), SCOTT, ROBERT E., *Anticipating litigation in contract design*, *The Yale Law Journal*, 814:2006.

TUNALA, LARISSA GASPAR, *Comportamento processual contraditório – a proibição de venire contra factum proprium no direito processual civil brasileiro*, Salvador, Juspodium, 2015.

ULHOA COELHO, FABIO, *Curso de Direito Civil*, v. 1, 5ª edição (versão digital), São Paulo, Saraiva, 2012.

VENOSA, SILVIO DE SALVO, *Direito Civil*, v. 2, 16ª edição, São Paulo, Atlas, 2016.

WAMBIER, LUIZ RODRIGUES (em coautoria), SANTOS, EVARISTO ARAGÃO, *Sobre o “ponto de equilíbrio” entre a atividade instrutória do juiz e o ônus da parte de provar in*

- GARCIA MEDINA, JOSÉ MIGUEL, CRUZ, LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO, CERQUEIRA, LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE, GOMES JÚNIOR, LUIZ MANOEL (coords.), *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.
- WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM (em coautoria), LINS CONCEIÇÃO, MARIA LÚCIA, MELLO, ROGERIO LICASTRO TORRES DE, RIBEIRO, LEONARDO FERRES DA SILVA, *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil artigo por artigo*, 1ª edição, 3ª tiragem, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.
- WATANABE, KAZUO, *Cultura da sentença e cultura da pacificação in* Yarshell, Flávio Luiz, MORAES, MAURICIO ZANOIDE DE (orgs.), *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*, São Paulo, DPIJ, 2005.
- WEIDEMAIER, W. MARK C., *Customized procedure in theory and reality*, Washington and Lee Law Review, 72:2015, disponível em <http://scholarlycommons.law.wlu.edu/wlulr/col72/iss4/6>, acesso em 19.6.2018.
- WILLIAMSON, OLIVER E., *Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives*, Administrative Science Quarterly, 36:1991, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2393356>, acesso em 9.7.2018.
- YARSHELL, FLÁVIO LUIZ, *Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? in* CABRAL, ANTONIO DO PASSO, NOGUEIRA, PEDRO HENRIQUE (coords.), *Negócios processuais*, v. 1, Salvador, Juspodium, 2015.
- _____, *Que futuro está reservado para as convenções das partes em matéria processual?*, disponível em <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/que-futuro-esta-reservado-para-as-convencoes-das-partes-em-materia-processual/17175>, acesso em 6.12.2016.
- ZUFELATO, CAMILO, *Análise comparativa da cooperação e colaboração entre os sujeitos processuais nos projetos de novo CPC*, in FREIRE, ALEXANDRE et alli (orgs.), *Novas tendências do processo civil - estudos sobre o projeto de novo Código de Processo Civil*, Salvador, Juspodium, 2014.